

A COMUNIDADE DO BOTAFOGO DE OURO PRETO E A CAPELA DE SANTO AMARO: RELAÇÕES SIMBÓLICAS E MEDIDAS DE PROTEÇÃO

THE COMMUNITY OF BOTAFOGO, OURO PRETO AND THE SANTO AMARO CHAPEL: SYMBOLIC RELATIONSHIPS AND PROTECTION MEASURES

BÁRBARA LUIZA CARNEIRO

Universidade Tecnológica Federal do Paraná
barbaracarneiro@alunos.utfpr.edu.br

MARIA CRISTINA ROCHA SIMÃO

Instituto Federal de Minas Gerais
cristina.simao@ifmg.edu.br

ANA PAULA DE MORAES

Instituto Federal de Minas Gerais
anapaula.moraes@ifmg.edu.br

MARCIO ROBERTO GHIZZO

Universidade Tecnológica Federal do Paraná
marcioghizzo@utfpr.edu.br

Resumo: Este estudo investiga algumas relações entre a comunidade do Botafogo e a Capela de Santo Amaro de Ouro Preto-MG, como os vínculos afetivos estabelecidos e as perspectivas com a conservação e proteção deste patrimônio cultural. Esta pesquisa teve como objetivo perceber a importância da Capela como patrimônio e a importância atribuída a ela pelos sujeitos que a frequentam. Para isso, este trabalho foi estruturado para que o leitor possa entender, em geral, o provável surgimento da localidade e a datação da capela. Foi realizado, também, um referencial teórico relativo ao instrumento de tombamento, seu funcionamento e sobre o marco na teoria da restauração, a teoria contemporânea da restauração de Salvador Muñoz Viñas (2004), que tem como premissa os valores que os sujeitos atribuem ao objeto. Baseado nesses referenciais foi desenvolvido como metodologia um roteiro semiestruturado que subsidiou a realização de trabalho de campo, o que possibilitou a coleta de dados relativos às opiniões dos moradores em relação aos valores atribuídos ao objeto, sua forma de conservação e proteção. A pesquisa de campo foi uma parte essencial deste trabalho, pois permitiu, através das análises de dados, a compreensão desta relação.

Palavras-Chave: Capela de Santo Amaro. comunidade de Botafogo. patrimônio cultural.

Abstract: This study investigates some relationships between the community of Botafogo and the Santo Amaro Chapel in Ouro Preto, Minas Gerais, such as the emotional bonds established and the perspectives with the conservation and protection of this cultural heritage. The aim of this research was to understand the importance of the Chapel as a heritage site and the importance attributed to it by the individuals who frequent it. To this end, this work was structured so that the reader can understand, in general, the probable emergence of the location and the dating of the chapel. A theoretical framework was also developed regarding the instrument of listing, its functioning and the framework in restoration theory, the contemporary theory of restoration by Salvador Muñoz Viñas (2004), which is based on the values that the individuals attribute to the object. Based on these theoretical frameworks, a semi-structured script was

developed as a methodology, which supported the fieldwork, which enabled the collection of data regarding the opinions of the residents regarding the values attributed to the object, its form of conservation and protection. Field research was an essential part of this work, as it allowed, through data analysis, the understanding of this relationship.

Keywords: Santo Amaro Chapel. Botafogo community. Cultural heritage.

Introdução

Ao longo dos séculos o conceito do que é patrimônio foi significativamente desenvolvido, de modo que a princípio seus valores se limitavam aos documentais, históricos e artísticos. Felizmente essa concepção foi ampliada e os valores ao patrimônio passaram a ser atribuídos também às questões afetivas, simbólicas, religiosas, turísticas e de uso, entre outros.

Um dos teóricos que divulgou este conceito, já em voga desde o final do século XX, foi Salvador Muñoz Viñas (2004) com sua teoria contemporânea da restauração. Em sua obra analisa que os valores não são inerentes à existência do objeto e sim atribuído a ele pelos sujeitos que mantêm essas relações. Portanto, são eles (os sujeitos) que conferem valor aos objetos, dando-os significados e, por essa razão, deveriam tomar as decisões de como conservar determinado bem cultural.

Em conformidade à teoria de Viñas (2004) foi possível interpretar que são as pessoas que enxergam significado e dão caráter simbólico ao bem cultural, e por isso é essencial a valorização das relações afetivas.

Através desta perspectiva, das experiências e aprendizados, o interesse de investigar as relações afetivas e de memória que determinado grupo goza a respeito de um bem possuidor de referências culturais e as intenções relativas à sua conservação e proteção, foram substancialmente ampliados.

Para tanto, foi escolhido como estudo de caso, a Capela de Santo Amaro, localizada na comunidade de Botafogo, a cerca de 10km da sede do município de Ouro Preto-MG, às margens da BR 356 (Rodovia dos Inconfidentes).

A Capela de Santo Amaro se localiza em uma das comunidades mais antigas do município de Ouro Preto, com formação do final do século XVII, sendo datada da mesma época. Este acervo não é tombado e é a própria comunidade da região que administra e mantém esse bem cultural.

Como pressupostos metodológicos deste trabalho, optou-se por estudar, de modo geral, o provável surgimento da comunidade e a datação da capela; apresentar um breve referencial teórico relativo ao instrumento de tombamento, seu funcionamento e expor o marco na teoria da restauração, com a teoria contemporânea da restauração de Salvador Muñoz Viñas (2004). Também optou-se por aplicar um roteiro de pesquisa semiestruturado que subsidiou o trabalho de campo, que consistiu nas entrevistas feitas em 2019 na comunidade do Botafogo e a análise das questões, através dos dados levantados, com a finalidade de compreender essa relação afetiva dos(as) entrevistados(as) e a relação de cuidado e proteção que a comunidade possui com a Capela.

Embora a Capela de Santo Amaro não esteja tombada como patrimônio cultural brasileiro, neste artigo será abordado aspectos referentes a esse processo, bem como o de restauro. Afinal, entende-se que um possível tombamento desta Capela como patrimônio histórico e cultural seria de importância substancial como forma de proteção desse bem que, conforme as entrevistas ratificaram, possuem grande importância enquanto meio de pertencimento local e regional, além de demonstrarem que a maioria dos entrevistados é a favor desse possível processo.

Somado a isso, abarcar-se-á, também, porém de forma concisa, as teorias de restauração, pois entende-se que esses bens culturais possuem grande importância histórica e de decisão sobre as leis patrimoniais. Também porque comumente as teorias de restauração devem ser discutidas e conhecidas antes de as medidas de proteção ao patrimônio cultural serem estabelecidas. Afinal, as leis patrimoniais evoluíram de forma paralela à evolução dessas teorias.

Estas questões perpassam pelo objeto desse artigo, pois entende-se que um bem não possui apenas um valor histórico, mas é imbuído também de valores culturais, religiosos e de uso.

Considerações sobre o patrimônio cultural brasileiro e Salvador Muñoz Viñas

Durante o século XX, por iniciativa de intelectuais modernistas, foi desenvolvida a Política de Proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro. Entre os principais modernistas

Revista Mirante, Anápolis (GO), v. 18, n. 1, p. 237-256, jun. 2025. ISSN 1981-4089 que colaboraram na definição e operacionalização dessa política no Brasil estavam Mário de Andrade e Lúcio Costa, que exerceram papel determinante na criação e funcionamento da Agência Nacional de Proteção (MEC/SPHAN/FNPM, 1980: 90 *apud.* Simão, 2000, p. 17).

Baseado nos estudos de Mário de Andrade, no entanto, com alterações conceituais, o Decreto-lei nº 25 (DL 25/37), promulgado pelo Estado Novo em 1937, definiu em seu Art. 1º, como patrimônio histórico e artístico nacional, “o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”.

Através do DL 25/37, a legislação nacional definiu o tombamento como principal meio de proteção do patrimônio e, para efetivar essa proteção se estabeleceu a necessidade da inscrição nos Livros do Tombo, que se dividiram nas seguintes categorias: Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Histórico; Belas-Artes e das Artes Aplicadas.

O tombamento tem como objetivo a proteção do patrimônio cultural brasileiro, e ele é um instrumento jurídico que pode ser aplicado pelos três entes federativos: união, estado e município. Com a Constituição Federal (CF) de 1988, seu significado foi bastante ampliado almejando o interesse público da preservação de bens culturais por meio do tombamento, que está inserido na seção denominada Da Cultura e está fundamentado nos artigos 215 e 216. Essa seção estabelece as bases dos direitos culturais como um direito coletivo difuso de preservação e fruição do patrimônio cultural brasileiro (Rabello, 2015). A CF amplia o conceito de bem cultural brasileiro estendendo o entendimento de valor cultural para todas as referências simbólicas e afetivas das comunidades nas quais os bens culturais estão inseridos.

Dessa forma, para a proteção do bem cultural, o principal efeito da imposição do instrumento é a conservação dos bens materiais reconhecidos como portadoras de valores culturais, sejam estes móveis ou imóveis. São estabelecidas, a partir dessa imposição, algumas obrigações, tanto para os proprietários dos bens em questão quanto para o poder público e a sociedade em geral, no sentido da conservação e manutenção dos bens culturais (Rabello, 2015).

À vista disso, para que ocorra a efetivação do tombamento, é necessário a determinação do bem ao qual se foi atribuído valor cultural, justificando o motivo dessa atribuição, identificando as características que justificam essa escolha em função dos parâmetros simbólicos estabelecidos na lei e do interesse público na sua preservação (Rabello, 2015).

O patrimônio cultural só existe devido às memórias e aos laços afetivos dos sujeitos que atuam no cotidiano dos espaços onde moram; são essas pessoas que dão significados a esses lugares, e é justamente através dos valores contidos no bem cultural que as pessoas se expressam.

A identidade cultural de um povo se renova e enriquece em contato com as tradições e valores dos demais. A cultura é um diálogo, intercâmbio de ideias e experiências, apreciação de outros valores e tradições (Declaração do México, 1985).

Trata-se de um direito público coletivo, e é por isso que esses bens devem ser conservados, para que sejam passíveis de fruição pela própria população. Afinal, são elas quem têm o direito e o dever de defender e preservar o patrimônio cultural (Simão, 2016).

Dessa forma, um dos teóricos que contribuiu para essa abordagem foi Salvador Muñoz Viñas, com o intuito de analisar e criticar as teorias da restauração denominadas por ele como “clássicas”, e suprir as limitações que nelas existiam através de sua Teoria Contemporânea da Restauração (2004). Em sua publicação, o autor identifica os fundamentos da restauração, conceituando-as e contextualizando-as no ponto de vista cultural, analisando as teorias a fim de entender para que e para quem se preserva (Caldas, 2013).

O posicionamento de Viñas era subjetivista: os valores não seriam inerentes à existência do objeto, mas sim atribuídos a ele pelos sujeitos que mantêm essas relações, ou seja, são as pessoas que conferem valor aos objetos, que interpretam as substâncias simbólicas e que deveriam tomar as decisões de como conservar determinado bem cultural. De acordo com o autor, o patrimônio cultural possui significados diferentes, sendo interpretado de pessoa para pessoa, em classes e níveis culturais diversos.

Caminhos do Botafogo: do “ouro preto” à formação da localidade

Foi através do processo de colonização, que os bandeirantes, em busca de riquezas minerais, descobriram o “ouro preto”, notícia que logo se espalhou, trazendo inúmeros habitantes para este lugar, dentre eles, imigrantes e pessoas de várias colônias. As técnicas e os locais de exploração de minérios variavam muito e a quantidade de ouro produzida era colossal, vindo a calhar a corte portuguesa, já que esse era um período de crise financeira e, conseqüentemente, crise do império (Bohrer, 2011).

Com a exploração do ouro e o gradativo crescimento populacional foi criada, em 1709, a capitania de Minas Gerais do Ouro Preto. Em 1711, o Governador Albuquerque Coelho de Carvalho erigiu as primeiras vilas e, no dia 8 de julho, foi criada a Vila Rica, atual Ouro Preto. Na mesma data foi construída a primeira câmara municipal (Bohrer, 2011).

A princípio, a ocupação de Vila Rica pelos exploradores se deu nas margens dos ribeiros, onde havia mais ouro, e nos morros que circundavam a cidade, onde se encontrava muitas minas e sarilhos. Os primeiros arraiais ocupavam as íngremes encostas, onde haviam capelas e extensas áreas mineradoras. De acordo com Bohrer (2011), provavelmente, o núcleo de ocupação mais antigo foi desenvolvido ao redor da Capela de São João, que se originou por volta de 1698. Depois, outros dois arraiais nasceram nas margens dos ribeiros, nos fundos do vale, o Arraial de Nossa Senhora do Pilar e o Arraial de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias (Bohrer, 2011).

Com a extração de minério foram necessárias outras atividades econômicas nos povoados (hoje, distritos) de Vila Rica. “De acordo com vários pesquisadores da nossa história, foi notória uma fome que assolou as Minas nos anos de 1700 e 1701: preocupados com a bateia, muitos se descuidaram do arado e alguns, literalmente, morreram de fome” (Bohrer, 2011, p. 23).

O distrito de Rodrigo Silva, juntamente com outros povoados que hoje compõem o município de Ouro Preto, se dedicou especialmente à agricultura e ao comércio de produtos agrícolas ou de utensílios auxiliares e, também, facilitaram através de suas vias a entrega de mercadorias para a antiga capital. Além disso o distrito servia de ponto

Revista Mirante, Anápolis (GO), v. 18, n. 1, p. 237-256, jun. 2025. ISSN 1981-4089 estratégico devido sua localização privilegiada, pois servia de paragem para os forasteiros que se direcionavam aos vales do Rio Doce, do Rio das Velhas e o Vale do Rio Paraopeba (Soares, 2015).

Devida a importância dessa localização, a região tinha vastas propriedades rurais que constituíam o povoamento do lugar, fazendas como a do Capão do Lana, a do Fundão, a de Manuel Francisco, a dos Crioulos e a do Caixeta, marcaram a história do local. Outra fazenda que marcou o local foi a de José Correia, que correspondia ao primeiro nome da região (Soares, 2015).

De acordo com a história tradicional, José Correia foi um dos primeiros moradores da região da Boa Vista. Fazendeiro e detentor de léguas e léguas de terras, viveu entre as montanhas com criações, plantações e com a lucrativa extração dos minerais que eram (e ainda são) fartamente encontrados (Soares, 2015, p. 17).

De acordo com Soares (2015), e contradizendo a história tradicional, a descoberta dessas terras foi antes da chegada de José Correia, pois já se tem registro da passagem do bandeirante Fernão Dias (1608-1681) na região, ainda no século XVII. Outra informação que comprova o tempo de ocupação da região é a Capela de Santa Quitéria, localizada no Alto da Boa Vista. Esta estrutura foi uma das únicas que sobrou na região, comprovando que houve povoamento por ali. Ela é considerada uma das capelas mais antigas de Minas Gerais, de acordo com o...

Cônego José Feliciano da Costa Simões ou, como é mais conhecido, Padre Simões, e o historiador Alex Fernandes Bohrer acreditam ser a Capela de Santa Quitéria do alto da Boa Vista a mais antiga de toda região do Ouro. Fontes orais datam sua edificação do ano de 1683 (Dias, 2018, p. 157).

Outro exemplar das primitivas capelas, é a Capela de Santo Amaro, situada no Botafogo, localidade que, hoje, pertence ao distrito de Rodrigo Silva.

A formação da localidade do Botafogo, conforme registros documentais e bibliográficos¹, se deu no final do século XVII, sendo configurado como uma das mais antigas comunidades do município de Ouro Preto (Figura 1).

¹Lima, A. Pequena História da Inconfidência de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1968 apud. Amaro, Marina Araújo Poloni de. e Redini, Luana Lara Safar. **A Capela de Santo Amaro de Botafogo: Reminiscência de um povoado.** Belo Horizonte, 2015.

Revista Mirante, Anápolis (GO), v. 18, n. 1, p. 237-256, jun. 2025. ISSN 1981-4089

Santo Amaro é uma divindade beneditina, algo incomum em Minas Gerais e, principalmente, em Vila Rica, onde predominavam-se as ordens religiosas Franciscanas e Carmelitas. A devoção deste santo é mais uma confirmação que a Capela tenha sido supostamente erguida no final do século XVII, pois nesse período haviam apenas associações leigas em Minas Gerais, ocasionando assim, a veneração de santos pertencentes a outras ordens religiosas.

Figura 1: Capela de Santo Amaro, Botafogo, Ouro Preto-MG.



Fonte: Carneiro, B. L. (Acervo pessoal).

Ainda de acordo com os moradores do Botafogo, a possível origem do nome da localidade se deu pela abundante presença da “pedra de canga” na região, popularmente conhecida como pedra Botafogo devido à produção de faíscas no momento de fricção.

As atividades mineradoras foram, junto da agricultura, uma das primeiras econômicas da região, e se mantiveram no lugarejo durante os séculos XVIII, XIX e boa parte do século XX.

Neste último século, ocorre a formação de uma vila de operários que labutavam na exploração mineral e que aumentou o número de habitantes locais, fato que repercutiu algumas modificações no contexto social, econômico, geográfico e cultural da região (Amaro; Redini, 2015).

Com a extração de minério, o terreno que compunha o patrimônio da Capela de Santo Amaro foi arrendado por empresas interessadas na exploração e, por volta de 1950-1960, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) se instalou na localidade. Uma vila de operários foi construída, ocasionando transformações sociais e modificando as tradicionais redes de sociabilidade local e até mesmo as comemorações de Santo Amaro (Amaro; Redini, 2015).

Revista Mirante, Anápolis (GO), v. 18, n. 1, p. 237-256, jun. 2025. ISSN 1981-4089

Nas décadas de 1970-1980 houve a desativação da exploração de minério, provocando grande êxodo dos moradores. Atualmente, Botafogo possui poucos habitantes, sendo que esses moram em sítios e chácaras da região. A atividade turística é pequena, limitada a movimentos nos finais de semana, quando os proprietários de sítios e fazendas buscam descanso e lazer. Um movimento turístico mais importante é no mês de agosto, quando ocorre a tradicional festa dedicada a Santo Amaro, quando a comunidade recebe aproximadamente mil pessoas, o que encorpa o movimento turístico e a tradição religiosa da comunidade (Amaro; Redini, 2015).

Aspectos socioculturais da Capela Santo Amaro

O principal evento decorrente na localidade do Botafogo é a tradicional festa em homenagem a Santo Amaro. Sua origem, de acordo com o inventário disponibilizado pela Secretaria Municipal de Patrimônio de Ouro Preto (SMPOP), é do século XVIII e conta com as figuras dos festeiros, dos procuradores e dos mordomos.

Inicialmente, a estrutura da celebração era bastante limitada, mas com as mudanças e desenvolvimento da comunidade, decorridas principalmente da instalação da CSN, a comemoração passou a contar com um maior número de participantes, além de usufruir de maiores recursos financeiros fornecidos pela Paróquia do Pilar (Inventário, SMPOP, 2010).

A organização da festa religiosa é atribuída a ordenação diocesana com o Conselho Comunitário de Pastorais (CCP), a escolha dos festeiros recai sobre os antigos moradores e a decisão fica a cargo da Mesa Administrativa da Irmandade de Santo Amaro de Botafogo, (...)

(...) instituição que hoje em dia tem participação bastante reduzida na festa em comparação àquela que tinha no decorrer dos séculos XVIII e XIX. Há que se lembrar que boa parte dos festeiros das últimas edições da festa de Santo Amaro pertence à irmandade, mas essa não é uma condição indispensável para se tornar festeiro ou mordomo (Inventário, SMPOP, 2010, p. 62).

Outro ponto a destacar é que, originalmente, a festa de Santo Amaro ocorria no mês de janeiro, no dia 15, data oficial dedicado ao padroeiro. Porém, devido às fortes

Revista Mirante, Anápolis (GO), v. 18, n. 1, p. 237-256, jun. 2025. ISSN 1981-4089

chuvas que caem nesse período, a comemoração foi transferida para o primeiro fim de semana do mês de agosto.

Atualmente, a comemoração tem caráter muito simples, suas atividades iniciam-se numa quinta-feira, com o tríduo rezado na Capela e conta com um número reduzido de pessoas. As orações ocorrem na quinta-feira, na sexta-feira e termina no sábado, dia que são anunciados os mordomos, procuradores e festeiros para o próximo ano (Inventário, SMPOP, 2010).

A bandeira de Santo Amaro é abençoada dentro da Capela e carregada até o adro, onde é levantada no mastro. Em seguida, é realizado uma apresentação musical acompanhada de coral, seu repertório conta com canções religiosas, ritmos gospel e afro-brasileiro (Inventário, SMPOP, 2010).

No último dia, domingo, a localidade recebe um maior número de pessoas, e são montadas barraquinhas de doces e comidas. No início da tarde é realizado, no adro da ermida, a missa campal, seguida por uma banda de música que entoa o Hino Nacional. Após a celebração, é feita a procissão acompanhada pela banda de música que circunda o campo de futebol lateral à Capela e retorna ao adro. Esse cortejo é feito com as imagens dos santos homenageados e o padroeiro Santo Amaro. Ao retornar ao adro da Capela, os participantes recebem as amêndoas de Santo Amaro, antiga tradição da festa (Figura 2) (Inventário, SMPOP, 2010).

Figura 2: Festa de Santo Amaro (2019), Comunidade de Botafogo, Ouro Preto-MG.



Fonte: Carneiro, B. L. (Acervo pessoal)

Com o fim da procissão, a imagem de Santo Amaro é posta em frente a Capela para que os fiéis e devotos a toquem e façam suas orações. Durante as atividades festivas

Revista Mirante, Anápolis (GO), v. 18, n. 1, p. 237-256, jun. 2025. ISSN 1981-4089 ocorre também o leilão de prendas arrecadadas durante o processo de preparo da comemoração (Inventário, SMPOP, 2010).

Aspectos da relação da comunidade com a Capela Santo Amaro

As investigações feitas por meio da aplicação do questionário semiestruturado referentes as relações afetivas, direcionaram à percepção que a comunidade tem sobre a Capela de Santo Amaro, percepções essas que estão atreladas à memória de cada indivíduo, à memória do lugar e ao pertencimento vinculado às questões culturais e sociais. A relação da comunidade com a Capela mostrou-se de afeto e espiritualidade. De todos os(as) os nove entrevistados(as), ao perguntar os motivos de gostar da localidade, as respostas basearam-se nos vínculos familiares, tanto dos moradores, como dos frequentadores, pois a maioria desses teve familiares que nasceram e viveram no local. O apreço pela tranquilidade, por considerar o local como um segundo lar é imenso. A fé dos devotos ao Santo Amaro vai além da própria divindade, como diz o entrevistado BSG (2019), *“engraçado que parece que tem relação com o passado, entendeu, assim, vidas passadas”*.

Considerar a Capela de Santo Amaro como ponto de referência cultural foi quase unânime, pois para a maioria dos(as) entrevistado(as), este é o ponto, o centro da localidade do Botafogo. O templo está atrelado à memória das pessoas, no presente e no passado. É na igreja e no cemitério ao lado que se comemora a vida (batizado) e lamentada a morte das famílias e amigos.

Isto posto, as memórias contadas pelos pioneiros ditam a história do local, de acordo com PIF (2019) a Capela é antiga, *“é de quando tinha a fazenda da Caeira”*, e os próprios anexos ao lado da Capela remetem lembranças: *“no tempo do meu pai, era escola”* (SSS, 2019) e, ainda, *“tem o salão onde eu estudava, minha mãe era cozinheira lá, eu gosto muito da Capela”* (NFF, 2019). Alguns moradores contam também que o templo foi edificado pelo Barão de Botafogo e muitas hipóteses são pautadas em relação ao surgimento da localidade, pois para alguns aquela terra pertenceu a uma única pessoa. Outra curiosidade é a escolha de um santo beneditino (Santo Amaro), no povoado, já que esta ordem religiosa e essa devoção não é comum no Brasil.

Histórias mais recentes, já fazem parte da narrativa local, das memórias e dos sentimentos,

minhas referências de memória são praticamente com a Capela, eu costumo dizer que eu conheci o fundo do altar azul, porque ele era azul” (NSS, 2019) e, ainda; “meu sentimento é de nostalgia também, quando minha mãe conta as histórias, quando as Margaridas me contavam as histórias, as memórias que eu tenho de ver elas com tanto empenho, limpando lá, cuidando daquilo de uma maneira tão simples, tão singular (JAC, 2019).

Outro momento que a Capela proporciona é a educação religiosa (catequese) e já é um costume da comunidade ir às missas aos domingos. A própria comemoração, feita em agosto, conhecida como “Festa de Santo Amaro”, está atrelada às lembranças do local: “então aquela festa ali é uma viagem no tempo, porque o que acontece, você chega na festa, aí tem leilão, hoje não existe mais isso” (BSG, 2019).

Outro ponto atrelado à memória local são as ruínas existentes na região: “todas as ruínas que tem por aqui, que já passou por aqui, assim, é, para mim, quando penso, é lá em cima, nas ruínas, que são muito bonitas, tem uma energia diferente, uma coisa interessante, que restou em pé” (JAC, 2019).

Perguntado como os(as) entrevistados(as) percebem a Capela, a maioria a contempla como um local de religiosidade. Segundo EMS (2019), “é um ambiente de reflexão, um momento de a gente estar com Deus”, a devoção ao Santo Amaro, também é muito forte. Além disso, há um grande apego sentimental pelos entes familiares que estão enterrados no cemitério ao lado: “a minha esposa era de lá, e aí, assim, quando ela faleceu, foi sepultada lá na Capela, então assim, pra mim, a Capela não é só a Capela, hoje é mais ainda” (BSG, 2019). A ligação com o cemitério da Capela é de uma segunda morada,

é como minha futura morada, minha família inteira está enterrada lá, mas eu tenho uma ligação de respeito profundo, não dá para fugir muito disso, devido a ser um templo sagrado, a relação de zelo, de querer cuidar, de permanecer da forma que é, tentando livrar dos intempéries, preservar a tradição de simplicidade (JAC, 2019).

Sobre se consideram a Capela patrimônio cultural, todas as repostas foram positivas. Os(as) entrevistados(as) reconhecem o valor de antiguidade, a importância histórica que a Capela goza, esse é mais um dos significados atribuídos pelos os sujeitos que a valorizam. Felizmente, todas as pessoas entrevistadas reconheceram também, que esse patrimônio pertence a eles, segundo NFF (2019) “é um patrimônio da gente”.

Atribuídos a todas essas misturas de sentimentos e reconhecimento, a comunidade mantém, cuida e zela o local. É de interesse de toda a comunidade manter esse bem para as próximas gerações, e as pessoas não sentem medo de “pegar no pesado” e de fazer o que for necessário para a salvaguarda da Capela. Portanto, nota-se o reconhecimento e o orgulho de todos perante as melhorias ocorridas no lugar e o ótimo estado de conservação que está o bem, ainda que diante da opinião de alguns(mas) entrevistados(as) há muito para ser melhorado e discutido.

então se a Capela está do jeito que tá ali, é a comunidade que ajuda zelar, a pintar, reformar e, faz isso aqui, trocou o telhado do anexo ali onde era uma escola, assim, e ela tá muito bem conservada entendeu, então, a Igreja Católica, ela não tá nem ai não, é a comunidade que mantém ela do jeito que tá ali (BSG, 2019).

Por mais que alguns dos(as) entrevistados(as) não tenham conhecimentos relativos as regras existentes sobre o patrimônio ou o que é o instrumento de tombamento, todos, como já referido acima, sabem a importância e a necessidade de proteger a Capela, “*não estou muito por dentro, mas a gente sabe que tem que proteger*” (MRF, 2019); os que conhecem ou pouco conhecem as determinadas regras, acreditam que há necessidade de existir uma lei que a proteja, entretanto, tendo em vista as respostas de algumas pessoas, é visível que falta uma comunicação mais clara e menos “obrigatória” dos órgãos patrimoniais referente ao instrumento de tombamento, já que alguns dos(as) entrevistados(as) entendem o termo no que concerne à o que “não se pode fazer” (proibições), acerca das regras existentes.

Ai, já tem tantos anos (risos), para fazer uma pintura, tem que pedir licença, pai trabalha em umas casas lá em Ouro Preto, que toda vez que for fazer alguma coisa, igual da última vez, que teve que mexer no telhado, teve que ir na Prefeitura pedir licença para poder está mexendo no telhado” (SEM, 2019) e, ainda; “é por causa que é um patrimônio que não pode mexer, por isso, que o pessoal fala que quando está indo à Ouro Preto, está voltando a história, porque é muito antigo (SSS, 2019).

Perguntado se essas regras facilitam ou atrapalham, algumas pessoas acreditam que atrapalham: “*é mais um empecilho, muita coisa não faz muito sentido, na verdade eu acho que o Patrimônio não ajuda a fazer as coisas e quer ter uma cobrança em cima disso*” (NSS, 2019). Outras acreditam que as regras facilitam, ajudam: “*vou te falar,*

Revista Mirante, Anápolis (GO), v. 18, n. 1, p. 237-256, jun. 2025. ISSN 1981-4089
assim, meu sentimento, se não fosse o Patrimônio, Ouro Preto estava acabada. E tem que ter, porque é uma memória nacional, nem memória nacional, memória mundial” (BSG, 2019). Mesmo tendo opiniões positivas e negativas referente ao instrumento de tombamento, todas as pessoas reconheceram que se faz necessária a aplicabilidade dessa lei. De acordo com AS (2019), *“elas dificultam, mas tem que existir para que ninguém chegue aqui e cisma de pintar, ah quero pintar aquele portão da cor que ele deseja”*.

Em vista dessas diferentes opiniões acerca das regras existentes para o patrimônio, percebe-se, de modo geral, que para os(as) entrevistados(as), as regras possuem um lado oposto ao outro: *“o patrimônio tem dois pesos, tem o positivo e o negativo, tem o positivo que eles têm poder para não deixar”* (NSS, 2019) e, ainda *“só que não tem jeito, todo lugar é assim, dois pesos e duas medidas”* (BSG, 2019). Fato é, diante das opiniões dos(as) entrevistados(as), fica visível que falta, diante dos órgãos patrimoniais, a competência e a percepção de como atender as pessoas que moram em lugares possuidores de referências culturais.

Em vista de qual é a melhor forma de proteger a Capela de Santo Amaro, muitos gostam da forma que ela está sendo cuidada, porém há uma carência de recursos. Segundo NFF (2019) *“ainda precisa de mais alguma coisa, mas em vista do que estava, já melhorou muito. Está bom, mas se puder melhorar alguma coisa”*. Referente à possibilidade de a Capela ser tombada alguns interpretaram como algo negativo:

teria que ter uma forma de arrecadar fundos financeiros mesmo pra que pudesse aprimorar mais o imóvel lá, para o ambiente melhorar, mas eu não acho que o patrimônio vai fazer esse papel, vão colocar regras e vão começar a fazer imposições, o tombamento só veria de forma negativa, eu pelo menos vejo deste jeito. Acho que tinha que ter uma ajuda sim, mas não em forma de tombamento” (NSS, 2019).

De todo modo, em relação ao tombamento ser algo positivo ou negativo, a maioria das opiniões foram positivas. No entanto, as dúvidas foram se na atual conjuntura o tombamento se faz necessário.

Enquanto as pessoas estiverem ali, que ajudam a zelar, aí assim a gente tem que preocupar com as gerações futuras, (...), a partir do momento que você criar um vínculo ali, as pessoas ajudam a preservar aquilo, (...), existe um negócio que chama caridade, fraternidade, o que é, é você doar um pouco de si, (...), então assim, as pessoas que estão ali hoje, estão envolvidas com isso, tá no âmago delas, é manter aquilo, (...), e no futuro, qual será o futuro, depois das duas gerações, será que a próxima geração, (...), daqui a 50 anos, 70 anos, e daqui há 100 anos, se tiver pessoas com vontade de cuidar daquilo, daqui há

100 anos vai ter aquilo ali. Ah, eu acho que seria uma coisa boa, para o futuro, porque, (...), ela estando tombada pelo menos vem recurso de fora, (...), desde que quem cuide seja a gente, depois chega um cara lá de fora, tomando conta, quando pensa que não acha que é dono, a comunidade tem um vínculo afetivo, o patrimônio vai ter um vínculo cultural (BSG, 2019).

De qualquer modo, no presente ou no futuro, o tombamento foi considerado, para a maioria dos(as) entrevistados(as) um bom meio para proteger a Capela de Santo Amaro e, para algumas pessoas, a aplicabilidade desta lei só tem a agregar:

há com certeza, pra além de patrimônio, história impalpável, é necessário sim, sem sombra de dúvidas, é o que vai salvaguardar o futuro do pessoal que vem aí” (JAC, 2019); “acho que o tombamento seria positivo, ainda mais com essa questão da mineração, agora, que está sobre a BEMIL, eu acho que seria positivo. Daqui uns anos, o lugar mais precioso daqui não vai existir” (EMS, 2019) e, ainda; “acho que o tombamento seria bem positivo mesmo, para preservar, imagina se deixar todo mundo mexendo, aí quando ver como era mesmo, já acabou tudo (SSS, 2019).

Quanto ao custeio do Estado para a manutenção da Capela, isso não existe. Como mencionado anteriormente, quem cuida e zela pela Capela é a própria comunidade, e a única época do ano que a Prefeitura de Ouro Preto auxilia é na festa de Santo Amaro, que, de acordo com EMS (2019) “dias de festa, eles colaboram, porque vem uma equipe da prefeitura para ajudar a roçar, fazer pintura”. Porém, no cotidiano, a ajuda na manutenção da Capela é nula, até o auxílio a localidade é escasso, de acordo com os moradores, e a única assistência é a coleta de lixo, que deveria ir de quinze em quinze dias, mas não há regularidade, e a iluminação pública, segundo JAC (2019) “a única coisa que tem da prefeitura mesmo, na localidade, é coleta de lixo e, pública, a iluminação, ali subindo, uma ou duas lâmpadas que tem lá, não tem serviço praticamente, não tem saneamento básico”. Esse descaso da prefeitura é de grande frustração para a comunidade, conforme os(as) entrevistados(as), qualquer ajuda recebida é com muito custo, muita insistência,

eu conversei, há uns três anos atrás, com o próprio Ângelo Osvaldo, (...), eu coloquei para ele essa situação, de a gente ficar muito dependente da comunidade, e o Estado mesmo fica preocupado com coisas mais, (...), com a cidade, mais com coisa maior. Mais os locais, as pequenas capelas, se a comunidade do local não tomar conta, a tendência é acabar (AS, 2019).

Essa falta de auxílio preocupa a comunidade em vários quesitos, desde as necessidades básicas, uma vez que é dever do Estado promover o bem-estar a população, até a outra preocupação, é claro, com a própria Capela,

o que acontece, em questão mesmo da estrada, é por ter ali uma missa todos os meses, ter a festa daqui em agosto, você vê que a estrada não está em condições boas, tem muitos buracos, então assim, eu acho por ser um patrimônio, eu acredito que a prefeitura poderia colaborar mais (EMS, 2019).

Já em relação à possibilidade de extração de minério na região, a maioria das opiniões foram negativas, mesmo que algumas pessoas vejam a possibilidade de gerar emprego. Segundo a maior parte dos(as) entrevistados(as), a mineração não tem nada a agregar, pelo contrário, apenas atrapalharia, porque mudaria toda a forma de vida da população local, já que teria maior movimentação de veículos pesados, poluição, barulho, possibilidade de escassez de água, desmatamento, menor número de visitantes, além de afetar a igreja.

Não vai ser positivo não, a gente sabe que a igreja estar sobre um platô artificial, movimentação de caminhão, explosão, detonação, isso aí a gente não sabe o que vai acontecer a longo prazo se pensar só na igreja, sem contar a poluição visual, não vai agregar benefício nenhum” (JAC, 2019);

A preocupação da comunidade com a possibilidade de perder a Capela (de ser destruída) é muito grande, e esse cuidado reflete a própria idade do bem. De acordo com EMS (2019) “vai ter o risco de tá destruindo a igreja, porque, passa caminhões pesados, por ser uma construção mais velha, pode começar a abalar, a dar trincas”. A preocupação com o êxodo dos moradores também se evidencia: “se começar a mexer com mineração, ninguém vai querer ficar comendo poeira aqui, então vai embora, acho que as visitas vão ficando cada vez menores” (SSS, 2019). Além disso os próprios exemplos e histórias passadas reforçam a preocupação das pessoas,

o pessoal daqui de baixo, teve que ir tudo embora dali, por causa de questão de fogo lá, então estava atingindo as casas tudo, eles pegaram e indenizaram o pessoal e o pessoal foi quase todo mundo embora, aí eu não acho uma boa não, só lucro, não vai ajudar em nada, tomara que não existisse (NFF, 2019).

É visível que a preocupação da comunidade vai além da questão patrimonial, pois suas aflições correspondem ao fato de a localidade ser o lar delas, além de ser o local onde está mantido suas memórias e seus afetos. O Botafogo é um ambiente que

Revista Mirante, Anápolis (GO), v. 18, n. 1, p. 237-256, jun. 2025. ISSN 1981-4089
proporciona tranquilidade, nostalgia, é um lugar onde essas pessoas cresceram e moraram a maior parte de suas vidas.

Considerações finais

O propósito de entender a relação de afeto e vivência com a Capela de Santo Amaro e qual a melhor forma de proteção diante do olhar da comunidade foi a motivação para essa pesquisa. Esta investigação teve como objetivo compreender a importância da Capela como patrimônio e o valor atribuído a ela pelos sujeitos que a usam.

Para atingir o objetivo deste trabalho foram feitos diversos estudos e, também, a análise das entrevistas realizadas. Diante de toda a busca de informações e da pesquisa dos dados levantados, foi possível entender que a comunidade conserva e protege o lugar da melhor forma possível. No entanto, há uma desvalorização do Estado em relação a alguns distritos e localidades da região, havendo, conseqüentemente, uma carência de recursos, tanto para manutenção da Capela e seus anexos, quanto para a própria localidade do Botafogo.

Como resultado, foi possível interpretar que, na atual conjuntura, o instrumento de tombamento não é extremamente necessário, desde que a prefeitura de Ouro Preto possa contribuir com a manutenção deste bem, já que é o grande referencial cultural da comunidade e, principalmente, reforçar e potencializar a realização das manifestações e eventos culturais promovidos por essas pessoas na localidade. Além disso, que a Igreja Católica, enquanto instituição administrativa, desempenhe melhor seu papel na responsabilidade de proteção e conservação da Capela. Porém, há de se ressaltar que, conforme as entrevistas realizadas, a maioria dos frequentadores da Capela são favoráveis que o tombamento se realizasse, pois esse oficializaria os cuidados necessários por parte do Estado, garantindo que, pelo menos em tese, esse bem estaria em condição de proteção. É também necessária a compreensão de que esse bem pertence à comunidade e que regras e limites que causam o distanciamento dessas pessoas frequentadoras podem acarretar em algo negativo, como o abandono e a perda dos valores simbólicos que são atribuídos à Capela pelos sujeitos que a valorizam. Ainda, é importante ressaltar que é um direito dessas pessoas o uso e a decisão na forma de manutenção da mesma.

Cabe enfatizar também que, por mais que o tombamento seja considerado pela maioria dos(as) entrevistados(as) como algo positivo, a aplicação deste instrumento sem a afetiva e efetiva participação e colaboração da comunidade nesse processo pode resultar negativamente, afastando-as do bem cultural, tirando delas a responsabilidade sobre sua manutenção e utilização.

Por isso, antes de considerar um meio legal para a proteção deste acervo, é essencial que todos compreendam a importância das opiniões dos sujeitos que ali vivem e usufruem da Capela, pois são essas pessoas as detentoras dos testemunhos, memórias e afetos do local. Portanto, são elas que dão significado e valorizam esse bem cultural, possibilitando a sua transmissão para as gerações futuras, garantindo a sua sobrevivência e continuidade na história.

Referências

ALOISE, Julia Miranda. **O restauro na Atualidade e a atualidade dos restauradores.** Artigos do Patrimônio, 10 de novembro de 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/>> Acesso em: 25/09/2024.

AMARO, Marina Araújo Poloni de. e REDINI, Luana Lara Safar. **A Capela de Santo Amaro de Botafogo: Reminiscência de um povoado.** Belo Horizonte: 4º Seminário Ibero-Americano Arquitetura e Documentação, 2015.

ÁVILA, Affonso; GONTIJO, João Marcos Machado; MACHADO; Reinaldo Guedes. **Barroco mineiro glossário de arquitetura e ornamentação.** Co-edição. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 1979.

BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.

BOHRER, Alex Fernandes. **Ouro Preto: Um Novo Olhar.** São Paulo: Scortecci, 2011.

CALDAS, Karen Velleda. **A Restauração em foco: entre mitos e realidades.** Resenhas Online, São Paulo, ano 12, n. 138.01, Vitruvius, jun. 2013. Disponível em: <<https://www.vituvius.com.br/revistas/read/resenhaonline/12.138/4765>>. Acessado em: 25/09/2024.

CARNEIRO, Bárbara Luíza. **A comunidade do Botafogo, Ouro Preto, e a capela de Santo Amaro: relações simbólicas e medidas de proteção.** Instituto Federal de Minas Gerais, Trabalho de Conclusão de Curso. Tecnologia em Conservação e Restauro, Ouro Preto, 2020.

Revista Mirante, Anápolis (GO), v. 18, n. 1, p. 237-256, jun. 2025. ISSN 1981-4089

CUNHA, Claudia dos Reis e. **A atualidade do pensamento de Cesare Brandi**. Resenhas Online, São Paulo, ano 03, n. 032.03, Vitruvius, ago. 2004. Disponível em: <<https://www.vituvius.com.br/revistas/read/resenhaonline/03,032/3181>>. Acessado em: 25/09/2024.

CUNHA, P. A. B.. Educação Moral e Discurso Pedagógico nas Associações Religiosas Leigas - Minas Gerais, séculos XVIII e XIX. In: **VAGO**, Tarcísio Mauro; OLIVEIRA, Bernardo Jefferson de. (Org.). Histórias de Práticas Educativas. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, v., p. 41-57.

DECLARAÇÃO DO MÉXICO, ICOMOS, 1985 – Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/>> Acesso em: 25/09/2024.

DECLARAÇÃO DE TLAXCALA, ICOMOS, 1982 - Terceiro Colóquio Interamericano Sobre a Conservação do Patrimônio Monumental "Revitalização das Pequenas Aglomerações" - México. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/>> Acesso em: 25/09/2024.

DIAS, Jussara Duarte Soares. **O patrimônio na corda bamba de sombrinha**: o caso da capela e da festa de Santa Quitéria no Distrito de Rodrigo Silva (Ouro Preto – MG). 2018. Dissertação (Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania) – Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, Minas Gerais.

FABRINO, Raphael João Hallack. **Guia de identificação de arte sacra**. Rio de Janeiro: IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional. PEP/MP/IPHAN, 2012.

FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia (orgs.). **Revisitando o instituto do tombamento**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2010.

KHUL, Beatriz Magayar. **Notas sobre a Carta de Veneza**. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.18. n.2. p. 287-320. jul.- dez. 2010.

LIMA, A. **Pequena História da Inconfidência de Minas Gerais**. Editora Itatiaia: Belo Horizonte, 1968.

LUSO, Eduarda; LOURENÇO, Paulo B. e ALMEIDA, Manuela. **Breve história da teoria da conservação e do restauro**. In. Revista de Engenharia Civil da Universidade do Minho. Minho: UM, Portugal, n.20, 2004.

CONSELHO DA EUROPA. MANIFESTO DE AMSTERDÃ: carta europeia do patrimônio arquitetônico ano do patrimônio europeu, 1975. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/>> Acesso em: 25/09/2024.

RABELLO, Sonia. **O tombamento**. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

Revista Mirante, Anápolis (GO), v. 18, n. 1, p. 237-256, jun. 2025. ISSN 1981-4089
SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO. Inventário da localidade do Botafogo.
Prefeitura Municipal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2010. 62

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Diferentes olhares sobre a preservação das cidades:** entre os dissensos e os diálogos dos moradores com o patrimônio. 2016. 266 f. Tese (Doutorado em Urbanismo) – FAU – UFRJ, Rio de Janeiro, 2016.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Populações vulneráveis e patrimônio cultural urbano:** investigação sobre o processo de vivência e apropriação em Ouro Preto. Projeto de pesquisa IFMG Ouro Preto DIPPE. Mar a dez/2018. Ouro Preto, 2018.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Preservação do patrimônio cultural em núcleos urbanos:** de conflito a solução. 2000. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais – Instituto de Geociências. Belo Horizonte, 2000.

SOARES, Jussara Duarte. **Entre as montanhas de Minas:** o patrimônio de Rodrigo Silva. São Paulo: Scortecci, 2015.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais:** a pesquisa qualitativa em Educação. São Paulo: Editora Atlas. 1987.

VIÑAS, Salvador Muñoz. **Teoría contemporánea de la Restauración.** Madrid: Editorial Síntesis, 2004.